



Reuters

CONFERÊNCIA DA ABREU ADVOGADOS

# Futuro da advocacia passa pelo 'legal design'

Os oradores da conferência "Lisbon, Law and Tech", promovida pela Abreu Advogados, destacaram que 366 países têm planos estratégicos para a IA e que há soluções de design jurídico a ser testadas pelas sociedades.

**MARIANA BANDEIRA**  
mbandeira@jornaleconomico.pt

O sistema de justiça e as empresas ainda não incorporaram Inteligência Artificial (IA) "forte", mas deixaram de estar a anos luz desses avanços tecnológicos. A continuação da transformação digital passa agora pelas questões éticas, a regulação da robótica e o investimento

em "legal design", segundo os oradores na segunda edição da conferência internacional "Lisbon, Law and Tech", organizada pela Abreu Advogados e da qual o Jornal Económico foi *media partner*.

"Os advogados têm como clientes, além dos clientes individuais, fundamentalmente as empresas, que transversalmente estão a ser afetadas pela transformação digital e pela tecnologia. Portanto, se os

clientes da advocacia são eles próprios afetados pela revolução tecnológica, os advogados têm de estar preparados para os defender e aconselhar num mundo que é diferente", disse ao Jornal Económico Luís Barreto Xavier, responsável pela área de inovação da Abreu, numa antevisão do evento, que este ano decorreu online, entre 23 e 26 de novembro.

Um dos oradores presentes foi o

CEO da Enlightenment AI, que alertou que sete em 10 executivos admitem que os investimentos que fizeram em IA tiveram pouco impacto, porque falta uma estratégia de dados que lhes permita garantir que têm as infraestruturas necessárias e que cumprem os objetivos. "Muitas vezes as empresas tentam logo passar para a IA sem a parte da observação controlada", disse Manuel Levi.

É um aviso que também deve chegar aos tribunais. O professor britânico Richard Susskind referiu que o sistema jurídico, maioritariamente baseado em audiências presenciais, está a tentar sobreviver porque o vírus obrigou muitos tribunais a fecharem portas, as pendências processuais acumulam-se e reside o problema do acesso à justiça. "Cada vez mais, os processos não acompanham a sociedade digital e, certamente, uma geração da Internet. Por isso, temos motivos, que advieram da Covid-19, que pedem que, de uma maneira geral, o acesso da Justiça mude fundamentalmente", defendeu o autor de obras como "Tomorrow's Lawyers" e "Online Courts and the Future of Justice".

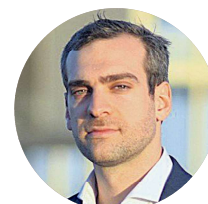
Na opinião de Maria dos Prazeres Beleza, vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o novo coronavírus forçou os tribunais a investir na automação e a adequar os métodos de trabalho a essas circunstâncias sanitárias. Porém, a juíza conselheira considera que este não deve ser o caminho a 100%. "Deve haver uma audiência na sala de um tribunal. Sei que discordam, que não devíamos voltar às audiências presidenciais. Porque é que penso de forma contrária? Principalmente, porque acho que as provas e as audiências orais devem acontecer lá. Estou a pensar nas testemunhas e nos peritos", argumentou.

Além das tradicionais ferramentas de automação, há sociedades estão a apostar em técnicas de *design thinking* aplicada ao Direito (o chamado "legal design"), que envolve equipas multidisciplinares, metodologia Agile e técnicas de experiência do utilizador (UX, na sigla técnica). "É uma espécie de aconselhamento jurídico, mas de uma forma que se encaixa na vida profissional do utilizador", sintetiza a especialista finlandesa Meera Klemola. "O 'legal design' é onde podemos integrar, fundir, design, Direito e tecnologia. E design não tem que ver com as coisas visuais que a maioria das pessoas pensam, mas com resolver problemas jurídicos complexos", contextualizou Alexandre Zavaglia Coelho, CEO da consultora brasileira Legal Score, pioneira na ciência dos dados aplicada ao Direito.

Em causa estão tecnologias que requerem regulamentos, conforme detalhou o advogado brasileiro

Eduardo Magrani. A seu ver, a regulação jurídica da IA deve ter como diretriz uma corrente deontológica e antes de se pensar nas questões éticas em torno dos robôs há que compreender filosoficamente a dos seres sencientes, como os animais. "A regulação dos robôs vai exigir quebra de paradigma ontológico e epistemológico", concluiu.

Segundo a investigadora Dora Kaufman, é crítico incorporar princípios éticos, mas esse não é um processo simples porque é difícil delimitar os territórios (jurisdições) em que a organização opera. Há ainda duas variáveis que limitam esta implementação: o processo relativamente moroso dos sistemas jurídicos baseados em *civil law* e as limitações da técnica *deep learning*. "A IA que permeia hoje a maior parte das implementações é a técnica de *deep learning*, que tem limitações intrínsecas, tais como o viés na base de dados e a opacidade (*black box*). Qualquer ideia de regulamentação tem de levar em conta esses fatores", concluiu. ●



**MANUEL LEVI**  
CEO da Enlightenment AI



**RICHARD SUSSKIND**  
Professor e autor de "Tomorrow's Lawyers"



**MARIA PRAZERES BELEZA**  
Vice-presidente do Supremo Tribunal de Justiça